MÚLTIPLAS VOZES

Espírito Santo derrubou taxa homicídio em 40%

Resultados obtidos pelo Estado demonstram que gestão qualificada e comprometida salva vidas. Estudo mostra que cada R$ 1 gasto gerou ganho de bem-estar social de R$ 2,40

Daniel Cerqueira
17 de março de 2020

DIVULGAÇÃO/PMES

Formatura da PM no Espírito Santo: investimentos em pessoal e estrutura contra o crime

Políticas de segurança pública baseadas em evidências são fundamentais para imprimir maior nível de efetividade e eficiência no uso dos recursos públicos. Sem a devida mensuração e avaliação de impacto para saber quais ações e programas funcionam ou não, o gestor público tateia no escuro e termina condenado a um eterno recomeço de políticas que não contribuem para uma redução duradoura no número de crimes e nas expectativas de insegurança.

No entanto, a cultura da avaliação de impacto e orientação de políticas segundo evidências sobre o que funciona ainda não é forte e disseminada no Brasil. Com efeito, existem poucos estudos a esse respeito no país e, até onde sabemos, nenhum ainda que analisasse o benefício-custo dos programas implementados na área de segurança. Visando preencher essa lacuna, iniciamos no Ipea um projeto de pesquisa em que não apenas avaliaremos o impacto das políticas públicas de segurança em alguns estados, bem como analisaremos as medidas tomadas e os mecanismos de governança instituídos.

O primeiro estudo dentro desse projeto foi publicado semana passada como *Texto para Discussão do Ipea Nº 2.543*, denominado "Uma Avaliação de Impacto de Política de Segurança Pública: o *Programa Estado Presente* do Espírito Santo".

Em apenas cinco anos, entre 2011 e 2016, o Espírito Santo saltou da 2ª para a 19ª posição entre as Unidades Federativas mais violentas do país. Desde de 1980 o estado frequentava a lista dos cinco mais violentos. Parecia, portanto, um candidato natural para as nossas análises. Tal desempenho seria resultado de dinâmicas sociais e outros fatores alheios à política de segurança pública, ou seria resultante de um forte trabalho de gestão? O que foi feito?

Entre 2008 e 2010, o governo do estado fez fortes investimentos para sanear o sistema de execução penal. Em 2011, foi implementado o *Programa Estado Presente*, que era baseado em dois pilares centrais: qualificação do trabalho de investigação e inteligência policial; e ações sociais de cunho preventivo, tendo com foco as oportunidades para a juventude em territórios mais vulneráveis e com maiores taxas de homicídio.

Todo o programa foi precedido por um diagnóstico sobre as condições nos territórios, envolvendo a dimensão das necessidades sociais e de inteligência policial. Feito o planejamento, na implantação adotou-se o modelo de gestão baseada em resultados, inspirado no CompStat de Nova Iorque, copiado com as devidas adaptações pelo mundo afora, incluindo os modelos dos programas Integração da Gestão em Segurança Pública (Igesp), de Minas Gerais, e o Pacto pela Vida, de Pernambuco.

Nesse modelo, o próprio governador comandava os encontros de monitoramento mensais, quando se sentava à cabeça do U da mesa, norteado por secretários e por gestores da alta cúpula do aparelho de segurança pública no estado, além de prefeitos e participantes da sociedade civil e movimentos sociais. Nessas reuniões, eram debatidas as metas acerca do que deveria ter sido feito e implementado, bem como os resultados da evolução do número de crimes para cada Região Integrada de Segurança Pública (Risp) e Área Integrada de Segurança Pública (Aisp). O governador ouvia as devidas explicações, cobrava resultados e muitas vezes recebia demandas dos participantes das reuniões, em torno de medidas necessárias para destravar processos e recursos.

O efeito prático dessas reuniões era que os gestores sabiam que seriam cobrados pessoalmente pelo governador (na frente de todos) e, portanto, deveriam envidar esforços para realizar o que fora pactuado previamente. Por outro lado, a gestão baseada em resultados criava um grande incentivo para a integração dos esforços das duas corporações policiais, uma vez que o delegado e o comandante da área compartilhariam resultados de sucesso ou arcariam conjuntamente com o custo do fracasso.

A fim de estimar o efeito da política, utilizamos um método econométrico consagrado internacionalmente, conhecido como "controle sintético". Intuitivamente, o método procura combinar características de outras unidades federativas para criar artificialmente um estado que replica o desempenho do Espírito Santo até o momento da implementação do programa a ser analisado, não apenas no que diz respeito ao número de homicídios, mas em relação a um conjunto de variáveis socioeconômicas e demográficas.

Os resultados indicam que se não fosse a política adotada, o número de homicídios no Espírito Santo seria 39,2% maior entre 2010 e 2014 (o número aumentaria em 29%, ao contrário da queda observada de 10,2%).

Comparando-se os custos financeiros correspondentes à implantação da política com os benefícios econômicos das vidas poupadas, concluímos que cada real gasto gerou um ganho de bem-estar social equivalente a R$ 2,4. Tal indicador, contudo, é claramente subestimado, pois não computamos outros ganhos e benefícios sociais da política em torno da melhoria na educação, na urbanização e promoção social, entre outras.

Tais resultados mostram que a gestão qualificada e comprometida salva vidas e é economicamente viável.

Daniel Cerqueira
Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

---

https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iycsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q - iabkm